



DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NO OESTE DO PARANÁ: O QUE MOSTRAM OS INDICADORES?¹

**Jandir Ferrera de Lima²
Amarildo Hersen³
Cristiane Fernanda Klein⁴**

Resumo

Este artigo analisa a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos municípios da Região Oeste do Paraná. O período de análise foi o primeiro decênio do século XXI (2000-2010) a partir dos indicadores divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pela análise dos dados, percebe-se que o IDH da Mesorregião Oeste teve um aumento de 0,653 para 0,574 (média ponderada) e está seguindo a mesma tendência do Estado do Paraná e do Brasil, em que o IDH apresentou uma melhora nos seus índices. No Estado do Paraná, nenhum município obteve o IDH-M classificado como muito baixo.

Recebimento: 16/1/2014 • Aceite: 30/6/2015

¹ Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pela Fundação Araucária (PR).

² Ph.D. em Desenvolvimento Regional, docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, PR, Brasil. E-mail: jandirbr@yahoo.ca; jandir.lima@unioeste.br

³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, (UNIOESTE) Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), PR, Brasil. E-mail: amarildoheresen@yahoo.com.br

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios - PGDRA - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, Brasil. E-mail: cristiane.fklein@hotmail.com

Palavras-chave: Economia do Conhecimento; Economia Paranaense; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Regional

HUMAN DEVELOPMENT IN MUNICIPAL WESTERN PARANÁ: WHAT SHOWING THE INDICATORS?

Abstract

This paper analyzes the evolution of the Municipal Human Development Index (HDI-M) in the municipalities of Western Paraná State in Brazil. The period of analysis was the first decade of the XXI century (2000-2010) from indicators released by the United Nations Development Programme (UNDP) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA). For the data analysis, one realizes that the HDI of West region had an increase of 0,653 to 0,574 (weighted average) and is following the same trend of Paraná State and Brazil, in the HDI showed an improvement in their indexes. In Paraná State, any municipality has the HDI-M rated as very low.

Keywords: Knowledge Economy; Economy Paranaense; Human Development; Regional Development

Introdução

Este artigo analisa a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos municípios da Região Oeste do Paraná. O período de análise foi o primeiro decênio do século XXI (2000-2010) a partir dos indicadores divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A área de estudo desta análise, a mesorregião Oeste do Paraná, é composta por 50 municípios agrupados em três Microrregiões – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Possui uma população de 1.219.558 habitantes. A Microrregião de Cascavel abrange 18 municípios e uma população de 432.978 habitantes. O município de Cascavel, considerado um dos centros econômicos do Paraná, destaca-se na produção de grãos como na pecuária, e sua indústria está em fase de expansão (IPARDES, 2013; PIACENTI, 2012).

A Microrregião de Foz do Iguaçu possui uma população de 408.800 habitantes distribuídos em 11 municípios. Foz do Iguaçu é o principal município de Microrregião, tem como principais atividades econômicas o turismo e a geração de energia elétrica (IPARDES, 2013; PIACENTI, 2012).

Já a Microrregião de Toledo comporta uma população de 377.780 habitantes, e 21 municípios. Para a Microrregião, o principal Município é Toledo que, juntamente com Cascavel, forma um eixo de desenvolvimento agroindustrial. Seu solo fértil garante ao município uma posição entre os maiores produtores de grãos do Estado do Paraná, e o primeiro lugar em valor bruto de produção agropecuária estadual (IPARDES, 2013; PIACENTI, 2012).

O estudo da evolução do IDH-M, além de monitorar o desempenho das economias municipais da Região Oeste do Paraná no tocante à melhoria da qualidade de vida da população, fornece um quadro de informações sobre os gargalos e as fragilidades que a política pública deve focar para melhorar o quadro socioeconômico das municipalidades.

Cabe ressaltar que o IDH-M é subdividido em três subíndices: o de longevidade, o de educação e o de renda. Por isso, além da análise da evolução do IDH-M geral dos municípios, o indicador foi desagregado nos três subíndices para uma melhor visualização do desempenho das municipalidades nas diferentes dimensões do IDH.

Assim, para atender ao objetivo proposto, esta análise apresenta uma revisão de literatura sobre a teoria do desenvolvimento humano e, na sequência, a apresentação dos resultados para a Região

Oeste do Paraná. A conclusão retoma aspectos da análise e dos resultados da pesquisa.

Referencial Teórico

A teoria econômica tradicional, ou neoclássica, defende que o salário é determinado meramente pela produtividade. Nesta abordagem, os trabalhadores são homogêneos, ou seja, dotados de mesma produtividade, e de concorrência perfeita – mercado em que os ofertantes de mão de obra são expressivamente numerosos. Também, os salários são iguais e não existe desigualdade, pelo menos não entre os trabalhadores (COSTANZI, 2005).

Com o passar do tempo, a discussão teórica acerca da remuneração da força de trabalho incorporou formas de distinguir os trabalhadores, bem como sua remuneração. Esta distinção passou a ser focada na capacidade de cada trabalhador, influenciada por características particulares, adquiridas ao longo da vida, como escolaridade, a experiência profissional e a capacidade produtiva. Nesse contexto, a Teoria do Capital Humano passou a ter posição de destaque a partir do início da década de 1960, com os trabalhos de Jacob Mincer (1958 e 1974), Gary Becker (1962) e Theodore William Schultz (1964). Esses autores reformularam o modelo neoclássico tradicional relacionado aos diversos níveis de rendimentos individuais do trabalho. A forma de determinar os diferentes níveis de rendimentos individuais do trabalho passa a ter como centro de explicação as variáveis escolaridade e experiência (FERNANDES, 2002). O capital humano também tem importante contribuição nos estudos sobre diferenciação salarial e é evidenciado em diversos trabalhos empíricos sobre a economia brasileira, como: Da Silva (1987); Santos e Texeira (2000); Arbache e De Negri (2002); Foguel e Azevedo (2006); Freguglia *et al.* (2007).

Pode-se notar a existência de correlação direta entre o investimento para a formação e a distribuição de renda pessoal dos indivíduos. Porém, compete ao indivíduo decidir, de forma racional, entre dedicar tempo para obter novos conhecimentos e, posteriormente, aplicá-los em atividades profissionais ou manter-se no trabalho, sem alterações na sua escolaridade e sem obtenção de novos conhecimentos. Contudo, a dispersão entre os rendimentos do trabalho está associada, de forma positiva, ao volume de investimento efetuado em capital humano, com impacto na produtividade e no crescimento da economia (MINCER, 1958).

As pessoas diferem substancialmente no seu bem-estar econômico, tanto entre regiões como entre famílias. Dentre as causas do desenvolvimento econômico regional desequilibrado está o progresso desigual em áreas específicas, tais como o setor educacional. Sendo assim, uma das alternativas para superar dificuldades e minimizar disparidades regionais seria a realização de investimentos com efeitos contributivos ao crescimento econômico, bem como no setor educacional. Esse raciocínio associa, de forma direta, o crescimento econômico ao capital humano. Se não acontecer incentivo ao equilíbrio do capital humano entre regiões, a consequência será a continuidade das disparidades econômico-regionais existentes (HIRSCHMAN, 1961; VIANA e FERRERA DE LIMA, 2010).

Durante algum tempo, os economistas dedicaram-se ao estudo da relação dessas diferenças. Tornou-se evidente que outros fatores, e não apenas os recursos puramente físicos, desempenham um papel maior do que anteriormente se acreditava, concentrando-se, assim, a atenção sobre os recursos menos tangíveis, como o conhecimento possuído. Uma preocupação com investimento em capital humano, estreitamente relacionado com a ênfase sobre os recursos intangíveis passa a ser útil na tentativa de compreender a desigualdade de renda entre as pessoas (BECKER, 1962).

A qualificação e o aperfeiçoamento dos indivíduos de uma sociedade, decorrentes do investimento em educação, teriam como consequência não apenas o aumento da produtividade do trabalho, mas também nos lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Logo, inserir o capital humano nos modelos de crescimento econômico torna-se importante para compreender a dinâmica da economia em longo prazo (SCHULTZ, 1964).

Entre os conceitos teóricos mais influentes na análise do capital humano vale destacar a distinção entre conhecimentos gerais e específicos. O conhecimento específico da empresa é útil apenas para as empresas afins, enquanto que o conhecimento geral é útil também para outras empresas. Em geral, os trabalhadores com elevada especificidade de habilidades são menos propensos a abandonar seus empregos e são os últimos a ser demitidos durante momentos de crises. Isso também explica por que a maioria das promoções é auferida por funcionários da própria empresa, em vez de novas contratações - os trabalhadores precisam de tempo para aprender sobre a estrutura de uma empresa e sua "cultura" (BECKER, 1992).

O indivíduo dotado de certo nível de instrução desenvolve de forma mais eficiente a sua atividade laboral. Com o aumento gradual da educação do trabalhador, ele se torna mais produtivo e isso

repercuta positivamente sobre o salário. Também, o indivíduo que adquire experiência, aumenta a destreza no trabalho, tem como resultado um crescimento da produção e conseqüentemente da remuneração.

Os empresários estão dispostos a pagar mais aos trabalhadores munidos de maior nível educacional porque, em contrapartida, estes potencialmente gerarão maior produto auferido na margem. Em contrapartida, os trabalhadores demonstram disposição em pagar o custo de adquirir educação mediante a existência de compensação, uma espécie de “recompensa”. A diferença salarial averiguada entre trabalhadores com elevados níveis de educação e outros desprovidos pode ser considerada um diferencial compensatório para o custo de dedicação/aquisição de instrução (ARBACHE, 2000; FERNANDES, 2000).

A relação positiva entre rendimento do trabalho e escolaridade é um dos padrões empíricos mais bem estabelecidos na literatura de economia do trabalho. Sua justificativa está amparada no fato de que a escolaridade altera a capacidade produtiva dos trabalhadores – seja por aumento da eficiência destes em determinadas tarefas ou, principalmente, por desenvolver habilidades que possibilitam aos trabalhadores executar outras tarefas, mais valorizadas no mercado (FERNANDES, 2002).

Aspectos Metodológicos

A partir de 2010, foram enquadradas novas metodologias na estimativa do IDH, que engloba três áreas: saúde, educação e renda. A saúde é medida pela expectativa de vida, levando em conta uma vida longa e saudável. A educação (acesso ao conhecimento) é medida pela média de anos de educação de adultos, dado pelo número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos, e também pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar. O padrão de vida (renda) é avaliado pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante em dólar, tendo 2005 como ano base (PNUD, 2013).

A longevidade é representada pela esperança de vida ao nascer e a educação é uma junção das pessoas maiores de 18 anos com ensino fundamental completo e das pessoas consideradas jovens com a divisão da seguinte forma: % 5-6 na escola; % 11-13 nos anos finais do fundamental; % 15-17 com fundamental completo; % 18-20 com médio

completo. A renda é representada pela renda mensal *per capita* (em R\$ ago./2010) (PNUD, 2013).

O indicador total e as médias parciais (renda, saúde e educação) podem variar entre zero e a unidade, e permitem a categorização das diferentes unidades geográficas em escalas de desenvolvimento social, segundo a classificação do PNUD, há cinco categorias: “muito baixo” (0 a 0,499), “baixo (5,000 a 5,999), “médio” (6,000 a 6,999), “alto” (7,000 a 7,999) e “muito alto” (8,000 a 1,000) (PNUD, 2013; IPARDES, 2013).

Para as análises apresentadas neste artigo, foram elaborados mapas temáticos utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, divulgadas pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). Assim como foi feita a estimativa da variação percentual deste índice, dado pela equação 01:

$$\text{Variação Percentual} = \left(\left(\frac{X_2}{X_1} \right) - 1 \right) * 100 \quad 1 \quad 0$$

Em que:

X_1 : Ano Inicial

X_2 : Ano Final

Para evitar disparidades entre os resultados, foi feita uma média ponderada entre o IDH-M e a população para todos os municípios e, assim, chegou-se a uma média da Mesorregião e das Microrregiões do Oeste Paranaense. A equação 02 mostra a fórmula utilizada para a estimativa da média ponderada:

$$\text{Média Ponderada} = \frac{\sum w * x}{\sum w} \quad 2 \quad 0$$

Em que:

$\sum w * x$: é a soma dos produtos obtidos multiplicando cada x (IDH-M) pelo peso correspondente (população).

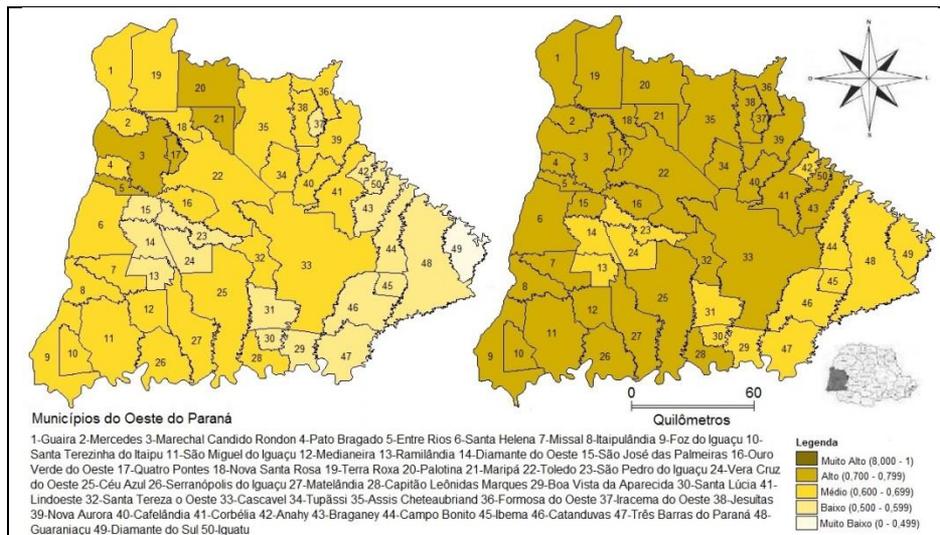
$\sum w$: é a soma dos pesos (população).

, pode-se analisar o perfil da Mesorregião Oeste Paranaense quanto ao IDH-M e apresentar o panorama da situação da educação, longevidade e renda.

Resultados e Discussões

A Figura 01 mostra a evolução do Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense de 2000 e 2010.

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense 2000-2010



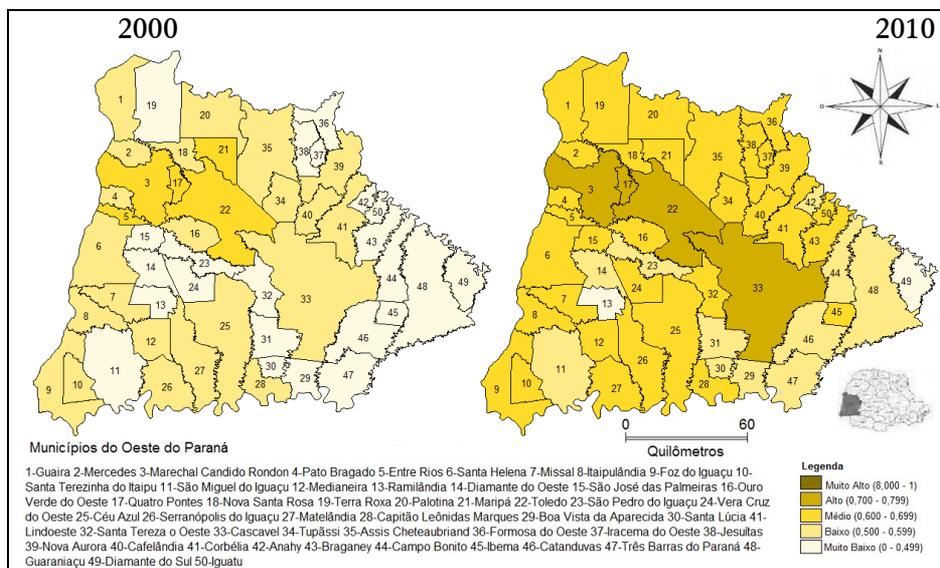
Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

No ano de 2000, o município com menor IDH-M foi Diamante do Sul (0,488), estando na posição de muito baixo, no ano de 2010, continua sendo a localidade com menor índice, mas com um valor de 0,608, considerado médio. Em ambos os anos, o município com maior índice foi Quatro Pontes que, em 2000, tinha um IDH-M de 0,718 passando para 0,791 em 2010, classificado como alto, juntamente com os Municípios de Toledo, Cascavel e Foz do Iguazu que são considerados Polo.

No ano de 2000, 16 municípios da Mesorregião estavam classificados como baixos, e um município (Diamante do Sul) estava com o IDH-M muito baixo; já no ano de 2010, esse cenário mudou, pois no Estado do Paraná, nenhum município possui IDH-M muito baixo, ainda nesse ano, todos os municípios dessa Mesorregião têm o IDH-M médio ou alto.

A Figura 2 mostra o IDH-M Educação para os Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense para os anos de 2000 e 2010.

Figura 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação para os Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense 2000-2010



Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

De modo geral, o IDH-M Educação teve uma expressiva melhora, pois 21 municípios saíram da posição de Muito Baixo, e quatro municípios passaram a ter o índice Alto. Mas, da mesma forma que no Brasil e no Paraná, o IDH-M educação nos Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense mostra que é o que está no nível mais baixo, ou seja, diferente da longevidade e da renda, o IDH-M educação ainda possui municípios com os índices baixos e muito baixos.

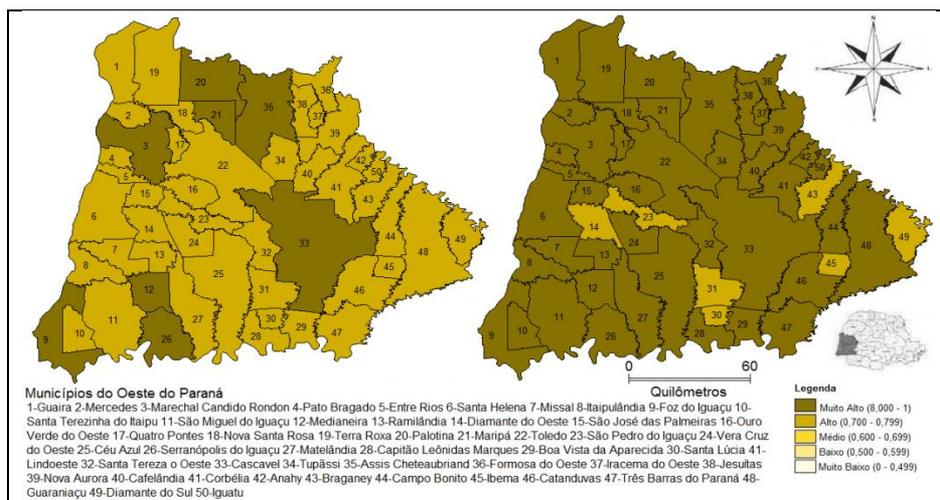
Para o ano de 2000, o Município com maior IDH-M educação foi Quatro Pontes, que continuou com o maior índice (0,748) para o ano de 2010. Outros municípios que também obtiveram um IDH-M educação alto no ano de 2010 foram Toledo, Cascavel e Marechal Cândido Rondon, que possuem destaque por comportarem universidades como, por exemplo, a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

Em contrapartida, no ano de 2000, vinte e três municípios estavam com o IDH-M educação na classificação de muito baixo, entre estes, o pior índice (0,293) estava em Diamante do Sul que, em 2010,

continuou com o menor índice que é de 0,479. E juntamente com o Município de Ramilândia (0,479) continuaram com o IDH-M na classificação de muito baixo.

A Figura 3 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano da Longevidade dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense para os anos de 2000 e 2010.

Figura 3: Índice de Desenvolvimento Humano da Longevidade para os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense 2000-2010



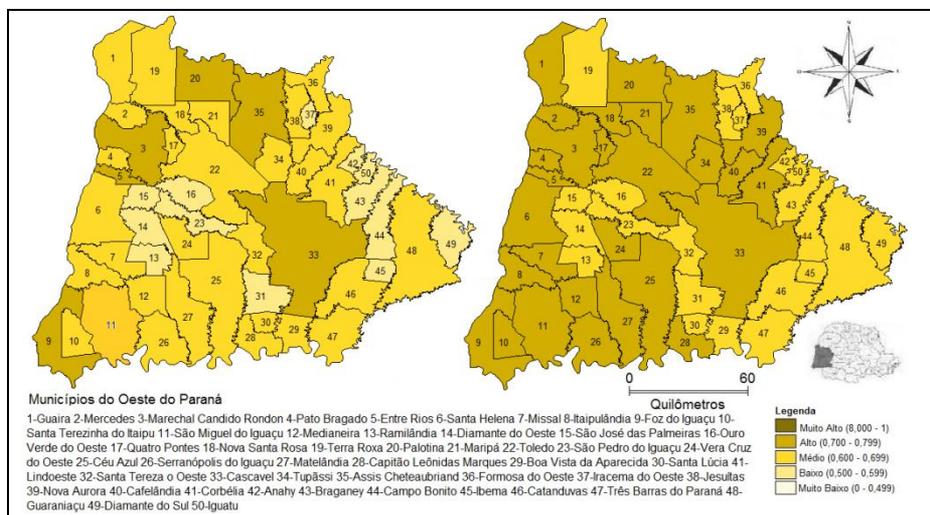
Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

O IDH-M Longevidade no Oeste Paranaense, assim como no Brasil e no Paraná, entre as dimensões do IDH, estava no nível mais alto. Na Mesorregião Oeste Paranaense, o índice teve uma boa evolução de 2000 para 2010, pois no ano de 2000, oito municípios estavam na posição de muito alto e 42 na posição de alto, já no ano de 2010, sete municípios estão na posição de alto e 43 na posição de muito alto.

No ano de 2000, o município com menor IDH-M Longevidade foi Catanduvas, com um índice de (0,103); já Maripá teve o maior índice (0,822) que, no ano de 2010, continuou com o maior IDH-M Longevidade (0,866); já para esse ano, o menor índice (0,769) foi Lindoeste.

A Figura 4 mostra o Índice de Desenvolvimento Humano da Renda para os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense nos anos de 2000 e 2010.

Figura 4: Índice de Desenvolvimento Humano da Renda para os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense 2000-2010



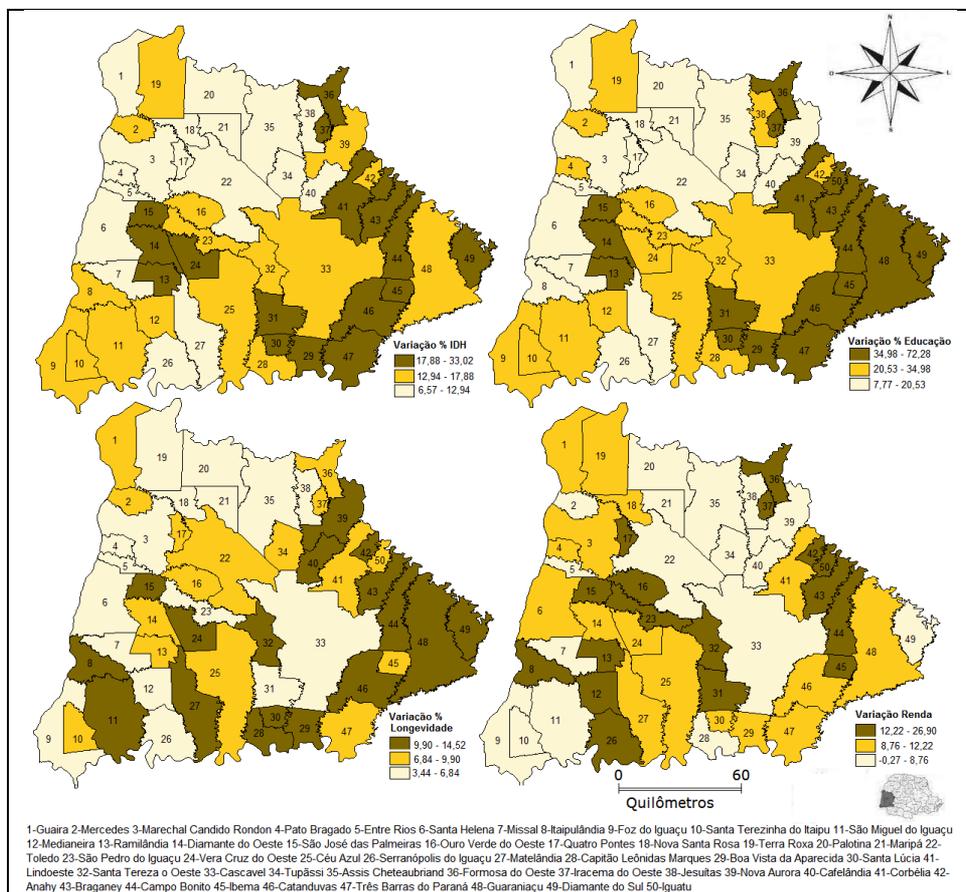
Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

No quesito IDH-M Renda, o município com menor índice em 2000 foi Braganey (0,543); em 2010 foi Diamante do Sul, com o índice de 0,605. Já em 2000, o maior IDH-M Renda foi o do Município de Entre Rios do Oeste (0,724). No ano de 2010, o município com maior índice foi Quatro Pontes, que também é o município com maior IDH-M da Mesorregião.

Tomando como base a Figura 02, percebe-se que os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense melhoraram o elemento renda, pois no ano de 2000, o município com menor IDH-M Renda estava classificado como baixo; já em 2010, o município com o menor índice está na posição de médio. E todos os municípios estão na classificação de médio ou alto, isso mostra que, no período analisado, as disparidades de renda na Mesorregião diminuíram.

A Figura 5 apresenta a variação percentual do IDH-M com suas três dimensões que ocorreu de 2000 para 2010 nos Municípios da Mesorregião Oeste do Paraná.

Figura 5: Variação Percentual do IDH e suas respectivas desagregações para os anos de 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

Quanto ao IDH-M, o município que teve maior variação foi Capitão Leônidas Marques, que variou 33%, passando de 0,512 para 0,681, migrando da posição de baixo para médio. Enquanto o município com menor variação (6,58%) foi Entre Rios do Oeste, passando de 0,714 para 0,761, ou seja, em ambos os anos seu IDH-M foi alto.

Já em relação ao IDH-M Educação, o município que teve maior variação no período analisado foi Diamante do Sul, variando 63,48%, mas, apesar desta variação, ainda é o Município com menor IDH-M Educação, tanto em 2000 (0,293), como em 2010 (0,479). Já no

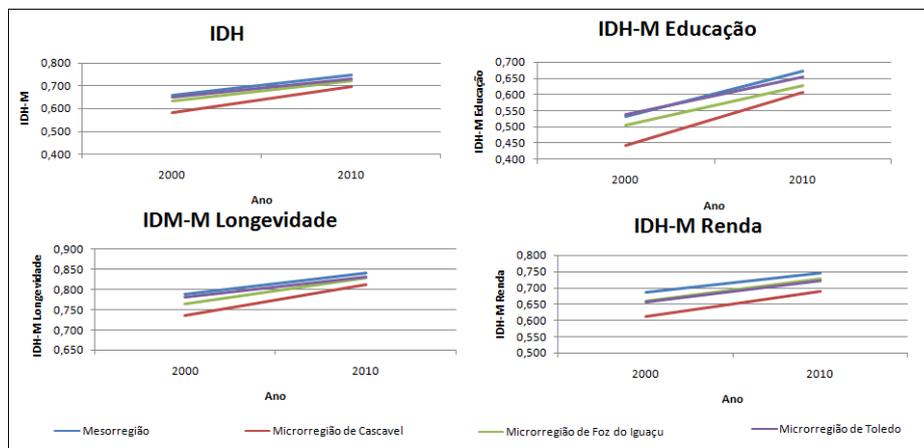
Município de Quatro Pontes, este índice variou 7,78%, sendo o Município que em ambos os anos obteve o Maior IDH-M Educação.

Quanto ao IDH-M Longevidade, os municípios mantiveram-se mais estáveis ao se comparar com as variações dos índices anteriores, pois o município com maior variação foi Catanduvas (14,50%), que passou a ter um IDH-M Longevidade Muito Alto (0,805) no ano de 2010. Já o município com menor variação (3,45%) foi Nova Santa Rosa, que também passou a ser classificado como Alto no de 2010.

Já se tratando do IDH-M Renda, o Município de Assis Chateaubriand teve uma variação negativa de -0,27%, pois em 2000, seu índice era de 0,715, passando para 0,713 em 2010; mesmo com esse decréscimo, o município continua na classificação de alto. Já o município com maior variação foi Braganey (26,88%) que, no ano de 2000, era o município com o pior IDH-M Renda (0,543) da Mesorregião Oeste Paranaense, passando para um índice de 0,689, considerado médio.

A Figura 6 mostra o IDH-M e suas desagregações (ponderado com a população) da Mesorregião Oeste Paranaense e de suas Microrregiões para os anos de 2000 e 2010.

Figura 6: IDH-M para as Microrregiões e Mesorregião Oeste do Paraná 2000-2010



Fonte: Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

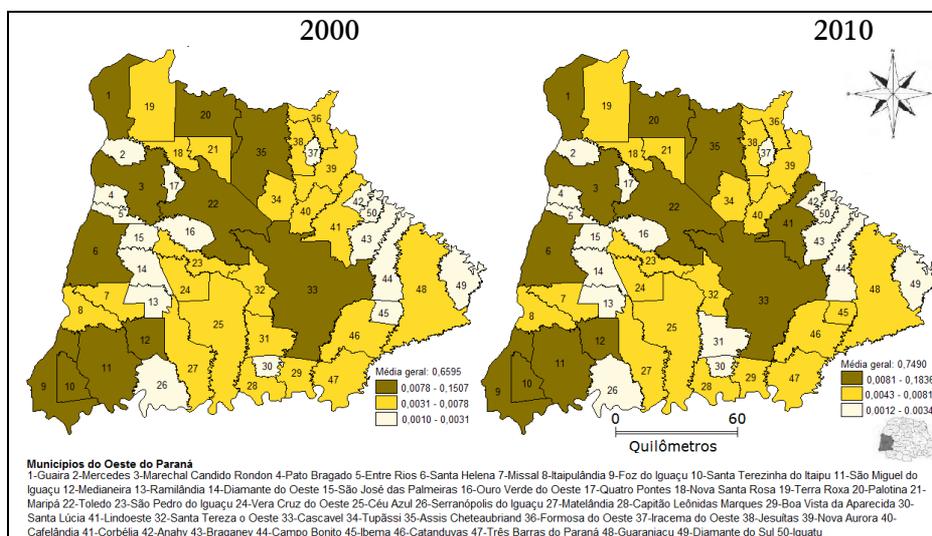
Tomando como base a Figura 06, pode-se observar que a Microrregião de Toledo está mais semelhante à mesorregião, a Microrregião de Foz do Iguaçu está bem próxima, enquanto a Microrregião de Cascavel é a que obteve os menores índices. Também

nenhuma das microrregiões obteve algum índice acima da média da mesorregião, principalmente no IDH-M Renda, em que se pode observar uma diferença maior entre as microrregiões e a mesorregião.

De modo geral, as três microrregiões estão acompanhando a mesma tendência da Mesorregião que, como visto anteriormente, acompanha a mesma tendência do Estado do Paraná e do Brasil.

A Figura 7 mostra a mesma média anteriormente apresentada para a Mesorregião e para as microrregiões, agora para os municípios do Oeste Paranaense, nos anos de 2000 e 2010.

Figura 7: Média ponderada entre a população e o IDH dos municípios do Oeste Paranaense



Fonte: elaboração própria (PNUD 2013).

A partir da Figura 07, pode-se observar que as médias do IDH-M aumentaram no período analisado. De certo modo, as maiores médias concentradas nos principais municípios que formam as Microrregiões (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) e seus municípios vizinhos, formam geralmente um aglomerado ou um corredor (com exceção de Santa Helena e Guaíra). Enquanto os municípios com média intermediária, que estão em maioria, também formam agrupamentos e estão mais distribuídos na Mesorregião. Os municípios com as menores médias formam dois pequenos eixos, um que abrange Pato Bragado, Entre Rios do Oeste (ligando-se a Ouro Verde do Oeste), São José das Palmeiras, Diamante do Oeste e Ramilândia. O outro eixo

engloba os Municípios de Anahy, Braganey, Campo Bonito e Iguatu (em 2000, Ibema fazia parte desse grupo).

Esses municípios com média baixa, de modo geral, são municípios dependentes de municípios maiores, como é o caso de Entre Rios e Pato Bragado, que são bastante dependentes de Marechal Candido Rondon, que é polarizado pelo Município de Toledo.

Conclusão

Desde a década de 1960, pesquisadores vêm sinalizando para a importância de se investir em capital humano. Apesar de mais de cinquenta anos se passarem, desde as primeiras publicações, tem-se que muitas regiões apresentam ainda perfil anisômero quando se trata de capital humano. Este desequilíbrio de capital humano, tanto intrarregional quanto inter-regional, traz como consequência a permanência da imparidade econômico-regional, com menor perspectiva de inversão.

Pela análise dos dados, percebe-se que o IDH da Mesorregião Oeste teve um aumento de 0,653 para 0,574 (média ponderada) e está seguindo a mesma tendência do Estado do Paraná e do Brasil, em que o IDH apresentou uma melhora nos seus índices. Principalmente no Estado do Paraná onde nenhum Município obteve o IDH-M muito baixo.

O IDH-M Longevidade foi o que mais contribuiu para o resultado do IDH da Mesorregião, mesmo com variações não muito significativas ao se comparar com as outras desagregações do IDH; em 2000, muitos municípios estavam com o IDH-M Longevidade na classificação de alto. Já IDH-M Educação foi o que menos contribuiu, mesmo com variações significativas ainda está atrás da Longevidade e Renda, mostrando que há muito que se evoluir nesse quesito. A análise do IDH-M Renda mostrou que de 2000 para 2010 diminuiu a disparidade entre os Municípios da Mesorregião quanto à renda.

A região Oeste Paranaense, referência econômica do interior do Paraná, semelhante ao que ocorre de forma hegemônica nas demais regiões do Estado, tem o elemento Educação como fator de progressão mais lenta do IDH-M, na última década. Esse fator tem forte relação com as políticas públicas governamentais na esfera municipal, estadual e federal, com características de longo prazo.

Infelizmente, e diferentemente do que ocorre em países desenvolvidos, as escolas públicas de ensino fundamental e médio contam com estrutura muitas vezes precária, somada ao desestímulo financeiro evidenciado na remuneração dos docentes que atuam nestas

escolas. Os resultados deste perfil podem ser percebidos nos bancos das universidades públicas, na maioria das vezes, ocupados por estudantes procedentes de escolas privadas. A consequência deste cenário é a morosidade e dificuldade do elemento Educação obter progressão semelhante ao da Longevidade nos Indicadores de desenvolvimento.

Quanto às microrregiões, os resultados mostraram que tanto a Microrregião de Cascavel como Foz do Iguaçu e Toledo apresentam resultados semelhantes à Mesorregião. Sendo assim, a evolução do IDH-M das suas três desagregações seguem as mesmas tendências nas três Microrregiões.

Referências

ARBACHE, J. S. Determinação e diferencial de salário no Brasil. *In*: FONTES, R.; ARMEX, M. A. **Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos**. Viçosa: UFV, 2000.

ARBACHE, J. S.; DE NEGRI, J. A. **Diferenciais de salários interindustriais no Brasil: evidências e implicações**. Brasília: IPEA, 2002 (texto para discussão n. 918).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013 (PNUD). Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/destaques/destaque1>. Acessado em: 11 de Setembro de 2013.

BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, p. 9-49, 1962.

BECKER, G. S. **The economic way of looking at life**. Nobel Lecture, 1992. p. 38-58.

COSTANZI, R. N. **Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade**. Brasília: IPEA, 2005. (texto para discussão n.1100)

DA SILVA, J. C. **Diferenciação salarial na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, Série Teses 14, 1987.

FERNANDES, N. G. **O modelo de capital humano na explicação das diferenças salariais – uma aplicação ao mercado de trabalho em Portugal**. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações/Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, n. 3, 2000.

FERNANDES, R. Desigualdade salarial: aspectos teóricos. *In.*: CORSEUIL, C. H. *et al.* **Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

FOGUEL, M. N.; AZEVEDO, J. P. **Uma decomposição da desigualdade de rendimentos no Brasil: 1984-2005**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (texto para discussão n. 1247).

FREGUGLIA, R. da S.; MENEZES-FILHO, N. A.; SOUZA, D. B. de. *Diferenciais salariais inter-regionais, interindustriais e efeitos fixos individuais: uma análise a partir de Minas Gerais*. **Estudos Econômicos**, v.37, n.1, p.129-150, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Leituras Regionais. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf. Acessado em 16 de Setembro de 2013.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **The Journal of Political Economy**, v. 46, n. 4. p. 281-302, 1958.

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

PIACENTI, C. A. **O Potencial de Desenvolvimento endógeno dos Municípios Paranaenses**. Camões. 2012. p.38-40.

SANTOS, F.; TEIXEIRA, P. Decomposição e evolução da desigualdade salarial. **Revista de Estatística**, Portugal - Instituto Nacional de Estatística, v.2, n.2, p. 35-71, 2000.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

VIANA, G.; FERRERA DE LIMA, J. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.